

Histórias diferentes, problemas comuns, casos resolvidos

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 22/08/2022 11:57

Justiça Itinerante alcança marca de 30 mil atendimentos; reportagem da Globonews mostra histórias e soluções do serviço



Andressa Alessandra, 24 anos. Milton Scaffo, 81 anos. Aleksandro, paraibano que vive no Rio. Diferentes histórias, problemas comuns: a falta de documentos básicos, como a certidão de nascimento, que os enquadram como cidadãos em condições de sub-registro. Mas a vida deles mudou na última semana graças ao programa Justiça Itinerante, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). O serviço foi tema de uma reportagem especial com quase oito minutos na Globonews nesse domingo (21/8). [Confira a reportagem clicando aqui.](#)

Sem a certidão de nascimento, não é possível tirar RG, CPF, votar, abrir uma conta no banco, tomar vacina, ser atendido pelo SUS. Se uma pessoa já passa por tantos problemas sem o documento mais básico de qualquer cidadão, imagina quando a situação ocorre com uma gestante.

Foi o que aconteceu com Andressa.

Quando descobriu a gravidez, teve dificuldade de fazer o pré-natal e ter uma gestação mais tranquila. A vida afastou Andressa e a mãe, Rosana, mas a mesma vida reaproximou mãe, filha e, agora, a neta de Rosana, Ana Helena. A pequena, com três meses, também não tinha a certidão. Mas tudo foi resolvido no ônibus da Justiça Itinerante: reencontros, emoção. O fim de uma história invisibilizada e o início de uma trajetória com direitos e cidadania.

“Vou poder conseguir trabalho, carteira assinada, ter uma vida mais digna”, comemora Andressa.

A juíza Florentina Ferreira cuidou do caso e já cuidou de muitos outros. Para ela, a Justiça Itinerante é o trabalho mais satisfatório. “Eu sinto que faço uma pessoa realmente existir como cidadã”, conta Florentina que é magistrada há 25 anos.

O Rio de Janeiro é um estado que recebe muitos imigrantes. Desde 2014, a Justiça Itinerante já realizou mais de 30 mil atendimentos. São casos como o do paraibano Aleksandro, que veio do Nordeste e perdeu toda a documentação.

“Uma pessoa que não tem seu registro, não tem direito a benefícios, LOAS, não consegue se vacinar. Pense nisso em tempos de pandemia”, reflete a juíza Claudia Motta, que coordena o programa.

E o que dizer de quem passou mais de 80 anos sem a certidão, sem nenhuma documentação? Milton tinha vergonha de dizer à companheira que nunca teve documento. Aguiar Silva só descobriu depois que Milton ficou doente e precisou ir ao hospital público. “Agora as coisas vão melhorar”, festeja ela.

FB/MB